

SEXUALIDADES E EDUCAÇÃO: MODERNIDADE E PRODUÇÃO DE PODER MORAL

Nilton Poletto Pimentel¹

RESUMO

Procura alguns desdobramentos dos discursos que emergiram ou se recrudesceram, no contexto da epidemia do hiv/aids, ligando-os ao surgimento da modernidade. Descreve aspectos dos séc. XVIII e XIX para situar algumas categorias criadas pela/modernidade, com relação às diferenças sexuais, homo e heterossexuais. Posiciona a homossexualidade como invenção moderna de classificação dos humanos, no intuito de melhor atender aos interesses de classe. Defende, portanto, uma posição de produção histórica.

Palavras-chave: Sexualidade, homoerotismo, modernidade, poder.

Este artigo pretende ser uma contribuição política ao campo educacional, a partir do tema da sexualidade. Uma contribuição ampla para as discussões que entendo possam ser travadas em diferentes espaços.

São, então, "...os modos pelos quais têm-se atribuído, nas sociedades modernas, uma extrema importância e um denso significado ao corpo e à sexualidade" (Weeks, 1999, p. 38) e, por conseqüente, à sexualidade enquanto uma construção histórica, meu foco principal.

Parto da falação moderna emergente sobre *corpo e comportamento se-*

xual, da Sexologia, que virou um campo disciplinar e que abarcou com ares científicos os conhecimentos acontecidos principalmente na Psicologia, Biologia e Antropologia (Weeks, 1999). Também a Sociologia e a História, com suas continuidades funcionais e evolutivas à época, não poderiam deixar de fazer parte desses acontecimentos.

Sob influência de Krafft-Ebing, pioneiro na sistematização intelectual da Sexologia do séc. XIX, com sua obra² reveladora do pensamento oitocentista,

¹ Mestrando no Programa de Pós Graduação em Educação do Centro Pedagógico da Universidade Federal do Espírito Santo. Email: <niltonpoletto@uol.com.br >

² A obra se configurava num grande estudo (um dossiê) sobre práticas e estudos empíricos que o autor elaborou baseado em inúmeros relatos de "pacientes" e exames do "corpo". Teve forte influência no mundo todo, tendo desdobramentos ainda hoje em várias áreas (KRAFFT-EBING, R. *Psychopathia Sexualis*. Nova York: Physicians and Surgeons Book Company, 1990).

escrevia-se que o sexo era um “instinto natural”, possuía uma força tão grande que “precisava ser satisfeita”. Assim sendo, o instinto vinha de algum lugar interior e precisava de vazão. O sexo, então, é uma entidade *natural*, com cara de perigo, se não for satisfeito, e tem uma casa: o corpo.

Os evolucionistas sociais, na crista da onda, na época, estavam ali presentes pela noção do biologismo interno determinante que constituía a obra de Krafft. A sexualidade, tal qual como a conhecemos hoje, estava em processo de emergência e de centralizar-se em nossas vidas.

Aliás, tudo muito parecido com a atualidade, um pouco como os Temas Transversais do MEC. A orientação sexual de 5ª a 8ª séries aparece tendo como um de seus *eixos norteadores* para os blocos de conteúdos a idéia: “*Corpo: Matriz da Sexualidade*”.³ Um pouco também como os genes de hoje, que discriminam direitos sociais baseados na maior capacidade biológica das pessoas.⁴

³ Elaborado no final dos anos 90, o documento é um compilado de inúmeros paradoxos e contradições acerca de tema da sexualidade. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Temas transversais: 5ª a 8ª série**. Brasília: MEC, 1997.

⁴ A matéria traz como conteúdo a prática de determinadas empresas americanas de contratar funcionários apenas após uma análise da genética

Num contexto em que o sujeito moderno e sua consciência, mais seus impulsos naturais iam se firmando, o tema da sexualidade inevitavelmente acompanhava a lógica. Havíamos nos descobertos sexologicamente. Inventados, diria Foucault (1988). Ademais, o que acompanhava essa descoberta era uma outra: homens e mulheres são “sexos” diferentes. O critério álibi para definir isso? O anatômico do corpo. Era definido numa linguagem *avassaladoramente masculina*, por homens.

Diante disso, tudo o que tivemos, construído sobre essa sexualidade moderna ocorreu no interior de relações definidas de poder (Foucault, 1988). Digo tudo porque não foram apenas os homens sexólogos que a formularam. Instituições, como Igreja, Estado, Escola, etc. impuseram maneiras de desenvolver controle sobre as atividades corporais, tecnologias foram acionadas. Isso tudo sem, é claro, desenvolver resistências e contra-ataques ao longo da história nos últimos duzentos anos.

Porém, tais contra-ataques também não escaparam de se utilizar do discurso do sexo como uma força interior. Na bus-

do candidato (**Revista Isto é**, n. 1620, p. 92-93, out. 2000).

ca de uma sociedade “não opressiva”, a sexualidade virou um tipo de bandeira que, livre das opressões, poderia levar o homem a uma libertação. Weeks (1999, p. 44) aponta um autor como emblema: “Alguns autores, como Wilhelm Reich nos anos de 1930 e 1940, argumentaram que a sociedade capitalista sobreviveu e se reproduziu através da repressão de nossa sexualidade, vista por eles como natural e saudável”.

Ou seja, tanto “opressores” quanto “oprimidos” (dicotomia hegemônica no século XIX e XX), pelas formas de controle, partilhavam de um princípio instintivo da sexualidade. Enquanto uns a viam como uma força necessitada de uma administração saudável para o melhoramento da espécie, outros a consideravam como força libertadora máxima dessa mesma espécie, das garras do poder opressor.

Com a chegada, principalmente, das obras *Vigiar e punir*, *Microfísica do poder* e *História da sexualidade* de Foucault, nos anos 70 e 80, aconteceu a própria noção de poder sofrer alteração. Tais capacidades da sexualidade como uma força de resistência a um poder se viram questionadas. Ela está tão imbricada nos modos como o poder atua que não pode-

ria estar na resistência *contra* esse poder. Ela processa-se na ação mesma do poder. O poder lhe constitui e por ela é constituído também. Uma ação sobre outra ação.

Assim sendo, os estudos sobre o *corpo e sexualidade* são redimensionados numa perspectiva histórica. Campos das Ciências Humanas e suas mais recentes problematizações da sexualidade e do gênero como constructos observam os diferentes espectros da sexualidade dentro de uma mesma cultura e entre diferentes sociedades, acabando por afirmar que “...as outras culturas e subculturas constituem um espelho de nossa própria transitoriedade” (Weeks, 1999, p. 45).

Dimensionando o que conhecemos por “sexualidade” no registro do social, podemos visualizar a construção do *normal e anormal* na obra de Michel Foucault, quando esse, a partir do exemplo de Herculine Barbin, um hermafrodita, revela a necessidade do Jurídico, da Medicina e do Estado oitocentista de terem a certeza de que os corpos tinham uma verdade e que precisavam ser reveladas. Os critérios de balizamento estavam numa rede de relações de poder que se propunha estipular e controlar normalidades e, conseqüentemente, o seu contrário.

Tais relações de poder, inevitavelmente, dispersavam-se por um quadro onde se produziam as diferenciações de classe, gênero e raça. Um pouco como a sociedade americana de hoje, onde a fragmentação social dos grupos tem reforçado a divisão social pela classificação, nem sempre explícita, de comportamentos associados a essas categorias.

A burguesia hegemônica o discurso sobre o que seria o *bom sexo*, procurando diferenciar-se das classes pobres e das aristocracias, num intento de se auto-afirmar pela força de suas instituições. Essa classe se sustentava também por uma relação de poder entre os gêneros, na medida em que, num leque amplo de práticas, com destaque para a Biologia reprodutiva e para a nova problematização da sexualidade feminina, que agora passava a ter uma singularidade intrínseca que enfatizava em relação ao masculino a diferença e a divisão. Organizavam-se dois corpos distintos, com considerações morais diferentes.

O racismo, explícito e desavergonhado (não era normal que não fosse assim), situava a sexualidade dos negros e negras na faixa da *selvageria*. Por conseguinte, suas sexualidades eram “naturalmente” mais perversas e sem as regras

sociais “adequadas”, então, tratar-se-ia de se utilizar mecanismos de melhoria da raça humana, numa operação higiênica de “...procriação planejada” (Weeks, 1999, p. 59).

Discurso, aliás, que se estenderia até as primeiras décadas desse século, emblematizado pelo nazismo e, até os anos 90, pelo Regime Sul Africano do *apartheid*. Incluindo, é claro, seus impactos atuais sobre as práticas das classes alta e média (brancas ou negras) na interferência sobre o casamento de seus filhos e filhas com “pessoas de cor” (sic!), em diferentes países pelo mundo.

Num contexto histórico de busca de conhecimento e regulação da sociedade como um todo, para o bem de um tipo de homem que se firmava, era inevitável que os comportamentos sexuais necessitassem de busca e apreensão. A procriação como uma necessidade “natural”, o casamento como lugar legítimo do exercício dessa necessidade e o masculino como instintivamente mais necessitado de uso das “funções” sexuais sustentavam uma ética sexual.

Os ideais modernos, iluministas e liberais, necessitavam de métodos sutis. Não se tratava mais de repressão ostensiva aos desvios de comportamento, embo-

ra ela não desaparecesse por completo, mas tratava-se de inventar formas de *produção* de controles. Tais produções teriam nos corpos sua matéria-prima e nos discursos seus agentes de execução. Tudo intermediado pelas instituições sociais.

Segundo Jeffrey Weeks (1999, p. 52), citando Foucault, existiam quatro unidades estratégicas que ligavam as práticas e técnicas de poder desde o séc. XVIII para, juntas, formarem *mecanismos específicos* para o conhecimento e controle sobre os corpos. Diz ele:

Elas têm a ver com a sexualidade das mulheres; a sexualidade das crianças; o controle do comportamento procriativo; e a demarcação de perversões sexuais como problemas de patologia individual [...] produziram, ao longo do século XIX, quatro figuras submetidas à observação e ao controle social [...]: a mulher histérica; a criança masturbadora; o casal que utiliza formas artificiais de controle de natalidade; e o 'pervertido', especialmente o homossexual.

A centralidade na natureza interior e nas manifestações comportamentais (alguma semelhança com alguns saberes psíquicos?) era decisiva para instituir identidades. Dentre elas, uma “homossexualidade” inventada e uma “heterossexualidade” institucionalizada (nem por isso menos inventada). Essa segunda, ainda matriz

atualíssima da normalidade, firmou-se como norma “...forçada precisamente pela tentativa de definir a ‘homossexualidade’, isto é, a forma ‘anormal’ de sexualidade” (Weeks, 1999, p. 61).

Com essas identidades inventadas, criam-se tipos distintos de pessoas. Passam a adquirir personalidade e caráter. Nesse quadro, as práticas sexuais entre indivíduos do mesmo sexo biológico, que até o século XVIII eram tidas como “...um potencial de toda natureza pecadora” (Weeks, 1999, p. 62), sendo tratadas pelo nome de *sodomia*, passam a definir agora um tipo muito particular de indivíduo: *o homossexual*.

Pelo exposto até aqui, o fenômeno de dividir nas sociedades os comportamentos entre homo e hetero não pode ser visto isolado. Estava inextricavelmente numa ampla produção material de discursos e subjetividades.

Nesse processo de distinção, prontamente se marcariam atributos e qualidades para os comportamentos sexuais manifestos, uma identidade para cada um. Para os “homossexuais” (termo inventado pelos sexólogos) lhes configurariam uma definição de “tipo”. Traços anatômico-funcionais e personalidade de caráter os determinariam como tal.

É importante observar que, num contexto histórico rico em produções científicas e culturais, a idéia de tal identidade homossexual se via refletida tanto nos que a atacavam como sendo anormalidade, quanto pelos que tinham relações com o mesmo sexo biológico e a apresentavam como uma qualidade (essa segunda apareceu fortemente na literatura). Muito possivelmente, e de maneira importante, “...iniciou uma nova fase da auto-definição homossexual” (Weeks, 1999, p. 68), que iria se estender até nossos dias atuais (pós-modernos?).

As “identidades sexuais” adquiriram na modernidade uma importância capital. Diferentes ênfases foram dadas ao tema. Identidade como destino, como resistência ou como escolha descreveram respectivamente, ou como o destino identitário, ou o *sentido de si* na luta contra a convenção social hegemônica ou a separação entre comportamento e identidade, que levaria, por razões políticas, pessoas a assumirem-na.

A resistência começa a ser moldada nas teorias sociais dos anos 50 e 60, quando passaram a tratar das *crises de identidade*. A ênfase na noção de identidade pessoal como equivalente à individualidade (*sentido de si*) dava às “mino-

rias sexuais” um caráter de espaço diferente das convenções sociais. Um espaço que, embora fosse demarcado fortemente pelas formas de controle e inibição, era também demarcado pela segurança e confiança que os estigmatizados poderiam desfrutar em um espaço “próprio”, onde suas particularidades poderiam ser vividas e discutidas como resistência. Os ativistas do campo da sexualidade politizavam, e ainda hoje politizam, essa questão.

Todos esses movimentos, na luta pelo sentido da sexualidade em nossas vidas, têm mostrado como os humanos foram cada vez mais colocando esse tema no centro das discussões. Por conseguinte, diferentes posicionamentos políticos proliferaram em diversas sociedades com diferentes tipos de discursos, mostrando o caráter de especificidade e contingência que a questão pode adquirir em vários lugares e/ou por diferentes grupos, portanto, sua dimensão cultural (produzida).

Para os debates atuais, situo a tal crise do *sentido da sexualidade em nossa cultura* no âmbito de nossas opções políticas. Depois de tantos questionamentos que abalaram os pontos fixos que amarravam nossas vidas sexuais, “...não parecemos bastantes seguros sobre o que pôr no seu lugar” (Weeks, 1999, p. 74). O

reconhecimento das pluralidades trouxe um acirramento de como lidarmos com o tema no social e nas práticas pessoais, implicando a busca de respostas às questões: por quê? Como controlar e regular a sexualidade hoje? Certo apenas é que "...aquilo que acreditamos que o sexo é, ou o que deveria ser, estrutura nossa resposta a essa questão" (Weeks, 1999, p. 74).

Nisso, ainda estão implicadas *três estratégias de regulação* (Weeks, 1999) que historicamente marcaram nossa cultura e que dão o *quadro de referência* para o debate atual. A primeira, que ele chama de *absolutista*, da qual somos historicamente herdeiros. Nela, as formas e conteúdos da tradição judaico-cristã deram o tom das afirmações em que o sexo deve sofrer um controle moral muito bem definido a partir de instituições sacralizadas, como o casamento, a monogamia, a família e a heterossexualidade, uma pressupondo as outras. O sexo nessa estratégia é algo "perigoso".

Na segunda, o desejo sexual é tido como vitalizante e liberador. Configura-se como uma *tendência de oposição* à primeira na medida em que tem apresentado as hipocrisias de uma ordem dominante. Muito ligada aos movimentos soci-

ais que radicalizaram os discursos por liberdade, traz, entretanto, uma similaridade com a primeira: "...ambas pressupõem a força da sexualidade e tomam como dado seu efeito perturbador" (Weeks, 1999, p. 75), muito embora suas conclusões práticas sejam bastante diferentes.

A posição *liberal*, amplamente ligada às formas jurídicas da instituição Estado, convenceu-se de que tanto o autoritarismo quanto o excesso possuem vantagens. No mundo das práticas sociais, dos últimos 150 anos, foi a que mais dominou a regulação da sexualidade. Uma divisão clara entre o público e o privado e a admissão implícita da dificuldade de um consenso moral na sociedade levaram tal postura a ser cautelosa nas interferências sobre o tema.

Porém, isso não a exime de práticas de controle. Reformas liberais não endossam ainda positivamente a homossexualidade e o aborto, por exemplo.

A "homossexualidade", que hoje já possui um alto nível de aceitação de que não sofra leis punitivas, fica ainda sujeitada a limites rigorosos de legalidade. Compor uma família, por exemplo, dentre outros direitos, ainda é uma permissão dada à "heterossexualidade".

Juntamente às mudanças mais amplas em relação à sexualidade, principalmente dos anos 60 para cá, que geraram ansiedades nas sociedades, o surgimento da aids fez com que os discursos relativos aos perigos da “permissividade” se reforçassem e, simultaneamente, que aids e “homossexualidade” se tornassem sinônimos. Fato que demonstra as angústias diante das fragilidades com que ainda se operam os valores sociais hegemônicos.

Muito embora um crescente de *factos* demonstre uma diversidade social e sexual emergindo, “...tem sido num grau limitado que esse reconhecimento tem se transformado numa aceitação positiva da diversidade e do pluralismo moral” (Weeks, 1999, p.79).

Necessário se faz nos entendermos como produtos de uma história coletiva que se atualiza e que, em todo momento, estamos fazendo escolhas ou nos submetendo a elas. Portanto, a construção de novas formas de relacionamentos sociais, eticamente definidos na perspectiva de expansão da vida, passa necessariamente pela prática política de nossas ações pedagógicas cotidianas, aliás, coisa que muitos na educação teimam em fingir não saber.

ABSTRACT

Seeks to identify developments of the discourses that have arisen or regained force in the context of the HIV/Aids epidemics, linking them to the appearance of modernity. Describes aspects of the 18th and 19th centuries in order to locate some categories, created in (and by) modern times, regarding sexual differences, homosexuals and heterosexuals. Presents homosexuality as a modern invention to classify human beings in order to satisfy class interests. Therefore, supports the idea of historical construction.

Keywords: Sexuality, homoeroticism, modernity, power.

BIBLIOGRAFIA

- 1 BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Temas transversais: 5ª a 8ª séries**. Brasília: MEC, 1997.
- 2 FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- 3 WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.